

VILLAGRAN, Ximena S. *Geoarqueologia de um Sambaqui Monumental – Estratigrafias que falam*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010. 213p.

Geoarqueologia de um Sambaqui Monumental – Estratigrafias que falam, de Ximena Villagrán, é uma importante contribuição à arqueologia brasileira em pelo menos dois aspectos: por um lado, se debruça sobre um importante sítio arqueológico, o sambaqui Jabuticabeira II, localizado no litoral central de Santa Catarina, e cujas dimensões máximas (400m de extensão, 250m de largura e 6m de altura) o colocam como verdadeiramente monumental; por outro, discute aspectos teóricos, metodológicos e técnicos de uma interface do conhecimento que navega entre as Ciências da Terra e a Arqueologia, denominado tradicionalmente “geoarqueologia”.

O Capítulo I, Conceitos fundamentais, se inicia com uma discussão do campo geral da geoarqueologia e contrapõe uma “geoarqueologia tradicional” a uma geoarqueologia aberta a outros questionamentos, que transcenderiam a aplicação de métodos geológicos ao registro arqueológico. Essa abordagem “não tradicional” seria “ancorada nas ciências humanas”. Aceite o leitor ou não essa dicotomia (existe mesmo uma “geoarqueologia tradicional”? ou os questionamentos vão se expandindo naturalmente com o passar do tempo?), a citação de Renfrew, de meados dos anos 1970, é bastante oportuna: “todo problema arqueológico começa como um problema de geoarqueologia”.

Ainda com o objetivo de caracterizar as pesquisas sobre sambaquis de um ponto de vista teórico, a autora divide os trabalhos existentes em três vertentes principais: uma processualista, cuja maior ênfase recairia sobre padrões de assentamento, função dos sítios, organização social e práticas de subsistência; uma segunda vertente de trabalhos enfocados em componentes específicos dos sítios, como estudos bioantropológicos e arqueobotânicos, e uma terceira vertente de influência “pós-moderna”, cuja ênfase se

daria sobre aspectos rituais e simbólicos associados à construção dos sambaquis. A autora coloca seu trabalho dentro dessa terceira vertente, admitidamente com menor representatividade na produção bibliográfica nacional.

No Capítulo II, intitulado O registro arqueossedimentar, a autora discorre sobre as várias definições que foram se acumulando na literatura, tais como “sedimento arqueológico”, “solo arqueológico”, “solo antrópico” e *quetais*, o que é bastante benéfico e instrutivo para o leitor pouco familiarizado com tais termos. Adiciona-se a isso o fato de a autora apresentar um glossário ao final do livro, facilitando ainda mais a compreensão do texto pelo público menos versado no jargão geoarqueológico.

O Capítulo III, Leitura, análise e interpretação da estratigrafia arqueológica, apresenta ao leitor algumas limitações da estratigrafia tradicionalmente aplicada em arqueologia, especialmente a “Matriz de Harris”, que seria inadequada por ser baseada apenas em atributos macroscópicos, visíveis no perfil (pg. 51). A autora propõe que sejam desenvolvidos métodos de análise que incluam atributos não definíveis apenas pela inspeção visual, dadas as limitações humanas. Tais atributos passariam pela análise micromorfológica e química do solo, o que é magistralmente apresentado no livro, além da utilização do conceito de *fácies*, que são definidas como “unidades sedimentares que se caracterizam por um conjunto de atributos físicos (como litologia, geometria, estrutura etc.) que as distinguem de outras unidades. Tais *fácies* seriam distinguíveis por serem produtos de atividades ou processos deposicionais distintos; conforme bem colocado pela autora, as *fácies* têm características tanto descritivas como interpretativas.

No Capítulo IV, Da teoria à prática, são apresentados de maneira mais pormenorizada o sambaqui e sua inserção geológico-geomorfológica. O sítio teria sido formado durante um intervalo de 2.000 anos, entre ca. 2.900 cal AP e 1.000 cal AP. Três grandes unidades estratigráficas foram observadas: uma unidade basal, conchífera, com finos estratos negros; uma unidade intermediária de conchas concrecionadas, resultante de processos diagenéticos; e por fim uma unidade superior, de coloração negra e espessura decimétrica a métrica. É esta última unidade, denominada “camada preta”, que será abordada em detalhe. Sua deposição se deu entre aproximadamente 1700 e 1000 anos AP, e sua composição é majoritariamente de ossos queimados de peixe e mamíferos. Inicialmente tal camada foi considerada como resultante de atividades domésticas, e posteriormente essa interpretação foi modificada: dada a presença de sepultamentos humanos e acompanhamentos funerários, tal camada seria um depósito ritual. Esta é a tese defendida pela equipe responsável pela escavação do sambaqui (p. ex., Gaspar et al. 2007, Klökler 2008, Nishida 2007).

O Capítulo V, A formação de um sambaqui monumental, apresenta os procedimentos de campo e as análises realizadas, que incluem a descrição e coleta em dois perfis estratigráficos dentro do sítio (T10 e T11) e coleta de amostras em sete pontos de controle fora da área do sítio. Foram realizadas análises granulométricas, determinação da concentração de matéria orgânica e carbonatos, e análise química por FRX, além da

micromorfologia, especialidade extremamente importante em estudos arqueológicos e que infelizmente conta com poucos profissionais atuantes.

O Capítulo VI, Estratigrafias que falam: leitura e interpretação das fácies arqueológicas, apresenta uma bem elaborada síntese dos dados, combinando as análises realizadas no capítulo anterior. A “camada preta” é considerada como resultante da acumulação de sedimentos de fora do sítio, provavelmente provenientes da laguna lindeira ao mesmo, levando-se em conta a boa correlação entre parâmetros físicos e químicos. A única discrepância seria a ausência de argilas (filossilicatos) na camada preta, que a autora interpreta como sendo relacionada à transferência vertical das mesmas. A grande presença de ossos com diferentes graus de queima e material vegetal são características marcantes dessa unidade estratigráfica, que teria sido depositada em um ritmo contínuo durante 700 anos. As fácies seriam majoritariamente resultantes de deposição secundária, haja vista a ausência de evidências claras de compactação por pisoteamento nas lâminas de micromorfologia analisadas. Tais materiais teriam sido “acumulados por certo período de tempo até ser finalmente depositados no sambaqui, já com traços das alterações sofridas (queima, alta fragmentação e intemperismo)” (p. 159). A acumulação da “camada preta” teria, portanto, um componente claramente proposital, e seria equivalente à acumulação de conchas, ou seja, um depósito “ritual” realizado sobre os sepultamentos, mas com acumulação de material geológico (lagunar) e refugio doméstico.

Por fim, o Capítulo VII, Arquitetura e espaço social entre os construtores de sambaquis, discorre sobre o significado simbólico que permeia a construção dos montículos que convencionalmente chamamos de “sambaquis”.

Apesar de podermos questionar o fato de se rotular a arqueologia interessada em aspectos simbólicos como “pós-moderna”, uma vez que para muitos o termo é considerado inadequado em sua acepção básica (p.ex., LATOUR, 1993), entendemos que a autora se alinha com tal vertente, e isso em si é um fator extremamente benéfico; no caso específico desta obra, a autora mostra um caminho alternativo à mera distribuição de palpites. Sugere que para abordar os aspectos simbólicos de uma sociedade extinta, há que se mostrar por que determinadas interpretações são válidas. E isso, como extensamente demonstrado no Capítulo V, demanda bastante trabalho de laboratório, muito além da tradicional classificação de atributos macroscópicos dos artefatos (comumente realizada sem nenhum requinte teórico). Essa necessidade de análises que envolvem ainda outras disciplinas além das Ciências da Terra, o que já seria rotulado como “arqueometria”, é considerada esotérica pela maioria dos praticantes da arqueologia nacional, seja lá em que vertente teórica eles se posicionem. A justificativa mais comum para esse *status quo* é a formação dos profissionais, oriundos da área de Humanas. Novamente, o livro em tela apresenta um exemplo importante, na medida em que a autora, oriunda da área de Humanas, soube tirar proveito e se aprofundar nos meandros das mais diversas disciplinas com o objetivo de responder a questões eminentemente arqueológicas.

Uma das poucas objeções que eu levantaria se refere à definição do termo *sedimento arqueológico*, proposto por Stein (1985) e adotado pela autora para se referir “às partículas que foram afetadas por processos artificiais ‘e que contêm informações relevantes à pesquisa arqueológica” (p. 42, ênfase minha). Um pouco à frente (p. 44) a autora reitera essa definição, ao afirmar que “a mera modificação de um depósito natural por resíduos de atividades humanas não é suficiente para chamar um sedimento de arqueológico, se não puderem se extrair (sic) dessa modificação informações sobre o comportamento pretérito”. Essa definição carrega em si uma armadilha: em última instância, um sedimento seria considerado arqueológico ou não dependendo da competência do arqueólogo, uma vez que a extração ou não de informação é relacionada à adequação dos métodos de campo e laboratório. Seria o mesmo que definir “artefato” como sendo apenas o “material que contém informação relevante sobre o comportamento humano”. Se o pesquisador não tiver capacidade de extrair essa informação, um artefato deixa de ser artefato?

Caberia também observar que a Matriz de Harris, em que pesem várias críticas, nunca foi aplicada efetivamente em solo brasileiro. Creio que sua aplicação em sambaquis seria mais benéfica do que deletéria, pelo simples fato de que as fácies podem ser muito mais facilmente manejadas dentro de um esquema matricial, especialmente se a escavação procede em grandes áreas, e não há perfil para ser amostrado. Ou, se há perfil, ele já está longe da área de interesse. Apesar da evidente necessidade de irmos além do registro macroscópico dos perfis, o que a autora demonstrou com mérito, a definição de fácies continua sendo uma atividade eminentemente “macroscópica”. É a partir dessas fácies, definidas em campo por critérios de cor, textura, litologia, inclusões e estrutura, que se organiza um plano de coleta de amostras.

Com relação à formação da “camada preta”, concordamos plenamente que sua acumulação tenha sido proposital, levando em consideração as características do depósito, exaustivamente caracterizado, e o fato de que dificilmente 2 m de sedimento se acumulam em um alto topográfico. O que ainda fica em aberto é se a interpretação do sítio inteiro como sendo um depósito exclusivamente “ritual” é adequada, tendo em vista os dados disponíveis até o momento. Na ausência de depósitos que possam ser caracterizados como sítios habitação, a explicação mais parcimoniosa para a acumulação do sambaqui reside na abolição da dicotomia “sagrado x profano”. Os depósitos podem ser rituais sem implicar na ausência de moradias sobre o mesmo sambaqui, seja nas imediações das trincheiras estudadas, seja em outros pontos dessa imensa estrutura. Além da abundância de restos de alimentação (que podem ser tanto “rituais” como pura necessidade diária), há toda a debitagem e, sintomaticamente, a presença de esteios e abundantes vestígios de gramíneas queimadas, que podem ser simplesmente o que sobrou da cobertura vegetal das cabanas.

Em suma, como acontece na boa prática científica, a autora apresenta dados novos e relevantes, tece suas conclusões (que por serem explícitas permitem a contestação) e levanta pontos importantes que podem ser abordados no futuro. Por exemplo, a ques-

tão da detecção de eventuais “sítios habitação”, e o fato de que a acumulação da “camada preta” poderia se dever à manutenção de um comportamento cultural (acumulação de materiais, seja sobre sepultamentos ou não) adaptado a uma condição de diminuição da disponibilidade de moluscos no ambiente, este último fator aliás apontado por Lima (1991). Seja como for, o livro de Ximena Villagrán constitui uma contribuição de destaque dentro do panorama arqueológico nacional.

Referências

GASPAR, M. D. et al. Tratamento dos mortos entre os sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 17, p. 169-189, 2007.

KLOKLER, D.M. *Food for body and soul: mortuary ritual in Shell Mounds (Laguna – Brazil)*. Tese (Doutorado do Department of Anthropology) – University of Arizona, Tucson, 2008.

LATOUR, B. *We have never been modern*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

LIMA, T.A. *Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado do FFLCH) – USP, São Paulo, 1991.

NISHIDA, P. *A coisa ficou preta: estudo do processo de formação da terra preta do sítio arqueológico Jabuticabeira II*. Tese (Doutorado do Museu de Arqueologia e Etnologia) – USP, São Paulo, 2007.

STEIN, J.K. Interpreting sediments in cultural settings. In: STEIN, J.; FARRAND, W. (Eds.). *Archaeological sediments in context*. Center for the Study of Early Man, University of Maine, Orono, 1985. p. 5-20.

ASTOLFO GOMES DE MELLO ARAUJO

Professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos do IB / USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.